



Há expectativa sobre a postura do ex-presidente na campanha. Enquanto defende pautas controversas nos discursos, como a revogação da reforma trabalhista e da lei do teto de gastos, o programa de governo deve ser moderado

Um Lula na versão 2022

» VICTOR CORREIA

Douglas Magno / AFP



A candidatura do ex-presidente Lula ao Planalto foi oficializada na convenção do PT na semana passada, sem a presença dele

Após a convenção nacional de quinta-feira, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva é oficialmente candidato à Presidência da República. O ex-governador Geraldo Alckmin também foi referendado por PT, PV e PCdoB, mas ainda precisa ser oficializado candidato a vice-presidente pelo seu partido, o PSB, em convenção na próxima sexta-feira. Com a finalização do plano de governo, nas próximas semanas, ficará mais claro qual será realmente o discurso que o petista adotará até outubro. Especialistas, porém, não esperam um Lula diferente do de 2002.

O ex-presidente deixou de lado sua própria convenção para manter a agenda de dois dias em Pernambuco, seu estado natal. O gesto é representativo da estratégia dele, que acredita ser o momento de estar junto ao povo — e articulando os palanques problemáticos que ainda restam — em vez de cumprir ritos protocolares junto aos partidos que já o apoiam.

Apesar da pré-campanha feita desde o início do ano, as próximas semanas devem trazer uma consolidação maior do que esperar em relação a Lula. Na última quinta, mesmo dia da convenção, foi prazo final para inserir sugestões na plataforma colaborativa do plano de governo do ex-presidente. Agora, os sete partidos coligados — PT, PV, PCdoB, PSB, PSol, Rede e Solidariedade — têm até 15 de agosto para finalizar o plano de governo e entregá-lo ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) junto com o registro da candidatura.

“A coleta das sugestões populares é a primeira etapa do processo. Com o fim do prazo de contribuições, todas as propostas serão sistematizadas e entregues à Comissão de Redação do Programa de Governo do Movimento Vamos Juntos Pelo Brasil. Por fim, elas serão organizadas e entregues às equipes de

transição e dos futuros ministérios”, diz nota divulgada pela campanha presidencial.

Após a consolidação do programa, será possível entender realmente o discurso de Lula daqui até as eleições de outubro. Até agora, há uma divergência entre o que ele prega em suas falas públicas e o que é conversado pela equipe do plano de governo. Em público, o petista defende de fervorosamente medidas como a revogação da reforma trabalhista, o que provoca críticas.

Na quinta-feira, no primeiro ato público como candidato, em Olinda (PE), Lula voltou ao tema: “Ah, vamos acabar com a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Vamos fazer uma reforma

trabalhista que vai ter muito mais emprego, porque se não tiver carteira assinada vai ter muito mais emprego. Que emprego? Emprego intermitente? Emprego sem registro em carteira?”, criticou.

Moderação

Nos bastidores, porém, a articulação é moderada. O grupo responsável por criar o plano de governo é formado por dois representantes de cada um dos sete partidos da coligação e é liderado pelo petista Aloizio Mercadante. Porém, os partidos mais ao centro, especialmente o PSB e o Solidariedade, pressionam para que a reforma não seja revogada. A mesma coisa ocorre com o

teto de gastos, frequentemente atacado nos discursos petistas.

Internamente, Lula já admitiu abrandar seu plano de governo. O meio-termo é alterar a reforma sem destruí-la por completo, regulamentando, por exemplo, trabalhadores por aplicativo.

De forma resumida, o programa que será finalizado nas próximas semanas deve ser muito mais moderado do que as medidas defendidas em público pelo ex-presidente. Representantes dos partidos aliados à chapa foram, inclusive, surpreendidos pela disposição do PT em negociar. Até o momento, pelo menos, eles se dizem satisfeitos com as pautas que incluíram nas diretrizes iniciais do plano.

Na avaliação do cientista político André Rosa, a finalização do plano de governo trará uma clareza melhor do que ele promete na realidade, em vez de apenas nos seus discursos. Para o especialista, radicalizar o discurso com medidas controversas, caso da reforma trabalhista, pode ser negativo.

“De fato, no campo econômico, houve muitos avanços com o governo (Michel) Temer e (Jair) Bolsonaro. Hoje, é muito mais fácil abrir empresa, conseguir crédito, e isso facilitou para o pequeno empresário, que é a maior parte do PIB (Produto Interno Bruto)”, destacou. “Falar que vai revogar a reforma trabalhista é meio complicado. Se revoga a reforma, volta a burocracia. Não se



Engana-se quem acha que Lula vai ser diferente, mais do que em 2002, quando se aliou a José Alencar, do PL (...), sinalizando um pacto entre as elites. Ele faz o mesmo pacto agora, mas com uma roupagem diferente, com Alckmin, mais moderado”

Luciana Santana, professora de ciência política da Ufal

tem na opinião pública algo que traga esse debate para a agenda. Ele está falando muito mais para a área ideológica do que para a própria massa de eleitores.”

Na avaliação de Luciana Santana, professora de ciência política da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), o ex-presidente não fará uma repaginada. “Engana-se quem acha que Lula vai ser diferente, mais do que em 2002, quando se aliou a José Alencar, do PL — ironicamente, o partido de Bolsonaro agora —, sinalizando um pacto entre as elites. Ele faz o mesmo pacto agora, mas com uma roupagem diferente, com Alckmin, mais moderado”, disse. “Para vencer as eleições, ele precisa convencer um eleitorado mais amplo, por isso adota estratégias, às vezes, controversas. Para ele decidir qual posição vai tomar, depende das composições, das alianças que vai formar no Legislativo. Hoje, as condições de governabilidade são mais difíceis do que em 2003. Ele vai ter dificuldade, caso seja eleito, de reverter isso.”

CONGRESSO

Negociação para legalizar lobby

» TAÍSA MEDEIROS
» RAPHAEL FELICE

Há décadas em tramitação no Congresso, a proposta que regulamenta a atividade do lobby no Brasil ganhou novo fôlego recentemente. A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) recomenda, entre outras medidas, a implementação das normas para a atividade, com o objetivo de viabilizar a participação do país na entidade, o que colocou a medida na lista de prioridades do governo no Parlamento neste ano.

Apesar de não ter sido regulamentada, a atividade foi reconhecida pelo Ministério do Trabalho em 2018 e recebeu o nome de relações institucionais e governamentais (RIG).

Em abril, o deputado Lafayette de Andrada (Republicanos-MG) apresentou requerimento de urgência para a apreciação da matéria. Coordenador da Frente Parlamentar Mista sobre a regulamentação do lobby, ele defendeu a prática, em que grupos organizados buscam pressionar ou influenciar a decisão de parlamentares para pautar e votar projetos de interesses dos respectivos segmentos.

“É óbvio que é necessário você conversar com quem é afetado pela lei. Se eu estou fazendo uma lei que trata de saúde, é natural que hospitais venham me procurar, que associações de médicos e enfermeiros venham me procurar e mostrar coisas que são boas ou que não são”, defendeu Andrada. “É importante essa interlocução.

Não pode parecer que essa interlocução é de alguém levando vantagem sobre alguém, mas ficou na cabeça das pessoas que lobby é levar vantagem. Não é isso.”

Este mês, o relator da proposta, deputado Augusto Coutinho (Republicanos-PE), divulgou seu parecer. Foram pensados dois projetos: o do deputado Carlos Zarattini (PT-SP) e outro procedente do Executivo, mais recentemente.

Para a elaboração do relatório, Coutinho debruçou-se sobre a legislação já aplicada em outros países, como os Estados Unidos e o Chile.

“Recebi muitas entidades interessadas nessa questão e, com as análises, chego à conclusão de que, hoje, o projeto dos EUA ficou muito rígido. Acho que a gente tem de fazer uma coisa que torne transparente, mas que seja executável, exequível. Foi isso que procurei fazer”, disse.

O relator destacou que a atividade existe claramente no Congresso, há muitos anos, e que, por isso, há ainda maior necessidade de regulamentá-la.

A tramitação deve ser simples, sem necessidade de o texto ir a plenário. “Não é uma matéria nem de governo nem de oposição, é do país, o Parlamento tem de construir. O governo passa. Não tem por que questionar”, frisou. “É uma matéria que tem um rito que pode não precisar ir a plenário, pode ser só de comissão. Vai para a Comissão de Desenvolvimento Econômico e, depois, para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). É terminativa, só vai a plenário se houver requerimento.”

Marina Ramos/Câmara dos Deputados



O relator Augusto Coutinho: “A gente tem de fazer uma coisa que torne transparente, mas que seja exequível”



Quando a gente põe regras claras, consegue separar o joio do trigo dessa relação público e privado”

Carolina Venuto, presidente Abrig

Entidades

Não é apenas o Executivo que se interessa pela aprovação da proposta. Entidades da sociedade civil que atuam na área entendem como positiva a regulamentação. “A gente vê com um olhar muito positivo a iniciativa de se regulamentar o lobby. A atividade do lobby existe e, ao não ser regulamentada, acontece de uma forma muito heterogênea”, afirmou Luciana Barbeta, diretora-geral da Powell Tate no Brasil. “Nem sempre há prestação de contas, isso impacta a transparência, e uma vez que você pega uma atividade que existe e cria uma regulamentação para ela, passa a ficar mais padronizada, a seguir certos parâmetros mínimos para funcionar”, acrescentou. A Powell Tate no Brasil acompanha a tramitação da proposta há quatro

anos e contribuiu com as discussões nas comissões.

Na avaliação da presidente da Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig), Carolina Venuto, a regulamentação será positiva, não apenas para “desmistificar” a ideia de que a prática está atrelada à corrupção, mas para tornar mais democrático e igualitário o acesso às autoridades públicas no Congresso.

“Em meio a muitas notícias que ligavam supostos lobistas a práticas criminosas, nós fundamos a Abrig em 2007. O primeiro marco-temporal desse apoio à regulamentação é de 2016, quando a Abrig aprovou em assembleia-geral, por unanimidade, que ia defender a regulamentação da RIG. Assim, coloca por terra o argumento de que os profissionais da área não teriam

interesse na regulamentação, muito pelo contrário”, enfatizou. “Ficou claro que era bom ter regras definidas para distinguir os profissionais que trabalham de forma ética e, assim, promover transparência e combate à corrupção. Quando a gente põe regras claras, consegue separar o joio do trigo dessa relação público e privado.”

Como o projeto ainda não foi votado, Carolina Venuto explicou que, em 2020, a Abrig lançou — em parceria com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) — um manual de *Prática Recomendada RIG*, para funcionar como uma espécie de “autorregulamentação”.

A regulamentação também poderá contribuir para o crescimento do mercado, segundo avaliação de James Meszaros, um dos consultores globais da Powell Tate. “Certamente fará o mercado crescer, mas outra coisa que contribui é quando o governo cresce também. É quanto mais o governo cresce, mais influência tem nos negócios, na sociedade, na economia e nos direitos civis”, argumentou. “Consequentemente, você tem mais organizações que querem influenciar nesses contextos. A indústria também acaba por crescer”, emendou ele, que nota tal elevação nos Estados Unidos, desde a implementação da medida.

Um dos principais objetivos da aprovação da proposta é fornecer mais transparência aos processos de participação da sociedade civil no Legislativo. Para a diretora-executiva de Assuntos Corporativos da Unilever América Latina, Suelma Rosa, quanto maior o nível de transparência, maior o controle social e o entendimento de quais são as finalidades da defesa de interesse. “Além disso, garante que atores da sociedade possam, de fato, participar do processo de formulação de políticas públicas, como pressupõe a democracia representativa, com isonomia nessa participação”, explicou.